Estado de Goiás CÂMARA MUNICIPAL SANTA HELENA DE GOIÁS

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - (CFO)

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 224/2025

AUTORIA: VEREADORA JULIANA COSTA LOURENÇO

EMENTA: "Institui, no Município de Santa Helena de Goiás – GO, o Programa

'Nosso Comércio, Nosso Patrimônio', com o objetivo de incentivar o consumo no

comércio local, fomentar a economia municipal, criar o Catálogo Digital de

Empresas Locais no site oficial da Prefeitura, e dá outras providências."

RELATÓRIO:

O Projeto de Lei Ordinária nº 224/2025, de autoria da vereadora Juliana Costa

Lourenço, institui o Programa "Nosso Comércio, Nosso Patrimônio" em Santa Helena

de Goiás, com o objetivo de incentivar o consumo local e fortalecer micro e pequenas

empresas, artesãos, produtores e empreendedores individuais do município.

A proposta prevê a realização de campanhas educativas, eventos, feiras e

parcerias institucionais, além da criação de um Catálogo Digital de Empresas e

Produtos Locais, com acesso gratuito pelo site da Prefeitura.

Análise da Comissão:

A Comissão de Finanças e Orçamento reconhece o mérito da proposta, que

trata de uma política pública com impacto positivo no desenvolvimento econômico local,

especialmente no estímulo à formalização de empreendimentos, no fortalecimento da

economia interna e na potencial ampliação da base tributária municipal.

Do ponto de vista fiscal, a proposição não cria cargos, não modifica a estrutura

organizacional da Administração Pública e se propõe a ser executada dentro da

estrutura já existente, utilizando recursos humanos e operacionais das Secretarias já

existentes. As ações previstas não se caracterizam como despesa obrigatória de

caráter continuado, possuindo caráter pontual e custos de baixa complexidade, o que

permite seu enquadramento como despesa de pequeno valor.

Estado de Goiás CÂMARA MUNICIPAL SANTA HELENA DE GOIÁS

Nesse contexto, a previsão contida no artigo 6º indica de forma adequada a

fonte de custeio, vinculando a execução às dotações orçamentárias já consignadas no

orçamento vigente da secretaria responsável. Assim, não se faz necessária a

apresentação de estimativa de impacto orçamentário-financeiro, nos termos do §3º do

artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que

dispensa essa exigência quando se tratar de despesa de pequeno impacto, desde que

não comprometa o equilíbrio fiscal.

Adicionalmente, a regulamentação prevista no artigo 5º será fundamental para

estabelecer os critérios de adesão, os procedimentos operacionais e os parâmetros de

controle da execução do programa, o que reforça a responsabilidade fiscal e a

transparência da aplicação dos recursos.

PARECER DO RELATOR

Diante do exposto, e considerando que o Projeto de Lei Ordinária nº 224/2025

não cria despesa obrigatória de caráter continuado, utiliza a estrutura administrativa e

orçamentária já existente, indica fonte de custeio no orçamento vigente e está em

conformidade com o §3º do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, voto

favoravelmente à sua tramitação, no que se refere ao aspecto financeiro e

orçamentário.

Relator: Jânio Bertoldo Branquinho

CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Orçamento (CFO), acompanhando o voto do

relator, emite PARECER FAVORÁVEL à tramitação do Projeto de Lei Ordinária nº

224/2025, por entender que a proposta apresenta viabilidade orçamentária, não

compromete o equilíbrio das contas públicas e encontra-se em conformidade com os

preceitos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Relator: Jânio Bertoldo Branquinho

Voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 224/2025

Membro: Genildo dos Santos Azevedo

Pelas conclusões do relator

Presidente: Maria Aparecida Alves de Almeida

Pelas conclusões do relator

VOTOS DIVERGENTES: nenhum

EXPOSIÇÃO DE MOTIVO DIVERGÊNCIA: nenhum

FAVORÁVEIS VEREADORES: Maria Ap. Alves de Almeida, Jânio Bertoldo Branquinho

e Genildo dos Santos Azevedo

AUSENTE O VEREADOR: nenhum

FAVORÁVEIS COM RESTRIÇÃO OS VEREADORES: nenhum

CONTRÁRIOS OS VEREADORES: nenhum

EMENTA DO PARECER: Pela aprovação do Projeto de Lei N° 224/2025, por unanimidade de votos dos presentes.

Sala da CFO, Comissão de Finanças e Orçamento, 01 de outubro de 2025.

Maria Aparecida Alves De Almeida

(Dra Cidinha do Sindicato)
Presidente

Jânio Bertoldo Branquinho

Vice-Presidente e Relator

Genildo dos Santos Azevedo

Membro e Secretário